

## Uma breve história da cidadania.

A cidadania tem uma “pré-história”. Na Grécia Antiga, “cidadão” era o nome dado ao membro da “cidade”. Ou seja, era aquele que se preocupava com a administração da cidade-estado grega, a *polis*. Daí é que vem o termo “política”, que significava exatamente essa intenção de se cuidar bem da *polis*, da cidade... (quanta diferença para os dias de hoje...).

Não estamos aqui preocupados em discutir exatamente como era o funcionamento de uma cidade-estado grega ou de outros povos da Antigüidade. Inclusive porque essa idéia de “cidade-estado” difere em muito do que vêm a ser as nossas cidades contemporâneas. Queremos ressaltar a origem dessas palavras, utilizadas até hoje.

Mas quando falamos em “pré-história” da cidadania, existe um motivo para isso. Como chamamos a atenção acima, o **cidadão** é aquele que possui e goza de determinados **direitos**. Ter direitos significa ter a capacidade e a autonomia para usufruir de determinados benefícios legais garantidos pelo Estado aos seus habitantes. Exemplos? Ser possuidor de documentos, tais como, certidão de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor, carteira de motorista,...

Poder ter acesso a esses documentos são **direitos civis** de cada pessoa. Civis é derivado do latim *civitas*, que também significa cidadão, ou “o habitante da cidade”. A certidão de nascimento é um direito adquirido logo ao nascer; já a carteira de identidade pode ser tirada na adolescência. Mas a carteira de motorista somente pode ser obtida aos dezoito anos – é nesta idade que o indivíduo começa a adquirir o que chamamos de **cidadania plena**, ou seja, a capacidade legal de responder pelos seus próprios atos diante das autoridades públicas.

Voltando ao que comentamos acima: na Grécia Antiga, poucos eram os indivíduos que tinham acesso a uma cidadania plena. Na verdade, somente aqueles que eram homens gregos, adultos e proprietários de terras é que detinham o **poder** de decidir sobre os rumos da cidade. Estavam excluídos da cidadania grega as mulheres, os jovens, os pobres, os estrangeiros – e, é claro, os escravos.

Essa “cidadania restrita” também era característica dos primórdios da Roma Antiga, aonde somente aqueles que eram

considerados nobres – os **patrícios** – acumulavam direitos, tais como a propriedade da terra e o usufruto do poder político. Já os não-nobres – os **plebeus** – precisaram provocar revoltas contra o poder constituído, para que tivessem acesso a alguns direitos. O que até conseguiram, mas sempre de maneira restrita (aqui você pode recordar das suas aulas de História...). Mas só o fato dos plebeus terem conseguido o acesso a alguns direitos já faz de Roma uma sociedade mais aberta do que a aristocrática Grécia.

Por falar em História, imaginem-se viajando numa máquina do tempo! Vocês podem “visitar” diversos momentos da História da humanidade e tentar perceber como vivem aqueles que detêm o poder político, econômico e religioso, em comparação com a maioria da população. Dá para entender então quando falamos em direitos, não é?

Vamos estacionar a nossa máquina do tempo na França de 1789. A Revolução que então ocorreu foi um marco para a história dos direitos e da cidadania. A nova Constituição, elaborada pelos revolucionários, era intitulada *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Dizia, entre outras coisas, que *todos nascem livres e que todos são iguais perante a lei*. Era a formação de uma nova sociedade, em oposição ao “Antigo Regime”, no qual os direitos eram um privilégio da nobreza e do clero.

Muito bem! Que maravilha! A humanidade estava encontrando o seu caminho de **liberdade, igualdade e fraternidade** – exatamente o lema da Revolução Francesa.

O que é que não estava sendo dito, infelizmente? Que a Revolução não era de todos, mas sim que se tratava de uma “revolução burguesa”, na qual uma classe social em ascensão, já economicamente muito poderosa, passava a adquirir também o poder político, passando a governar a Nação francesa e, em consequência, *ter mais direitos* do que o restante do povo trabalhador... Não é à toa que um dos mais importantes *direitos do homem e do cidadão* era o *direito à propriedade* – que, é claro, poucos detinham.

A história das etapas da Revolução Francesa mostram o quanto a luta pelos direitos dos indivíduos foi uma luta que custou muitas vidas, correu muito sangue... Na maior parte do tempo, a alta burguesia fez valer a sua força e exerceu o poder com mãos-de-ferro. Um

exemplo era o direito de eleger os governantes da Nação, em substituição à realeza: foi um direito universal praticado durante muito pouco tempo, durante o Governo Jacobino – quase sempre, durante a revolução, o voto era *censitário*, ou seja, um direito de quem tinha determinada renda e propriedades.

De qualquer forma, a Revolução Francesa, assim como aquelas que ocorreram antes, as Revoluções Inglesas, no séc. XVII, e a Americana, também no séc. XVIII, forneceram os alicerces da cidadania das sociedades contemporâneas. Idéias tais como o respeito aos direitos dos indivíduos, de liberdade e de igualdade entre todos, puderam ser perseguidas com maior profundidade a partir dessas experiências concretas desenvolvidas pelo homem. Essas revoluções foram verdadeiros “laboratórios” para as principais idéias defendidas por pensadores de renome como Locke, Rousseau, Montesquieu e Tocqueville. As obras destes filósofos serviram de referência para aquele momento da história e até hoje fornecem a base para as idéias que regem a sociedade em que vivemos. O grande obstáculo a uma *igualdade de fato*, como veremos a seguir, foi o conjunto de interesses distintos e conflitantes existente entre os seres humanos, a partir da sua posição social na organização da *sociedade capitalista* – a forma de organização social e econômica que foi vitoriosa a partir das revoluções citadas acima.

### **Direitos civis, políticos e sociais.**

Alguns pensadores entendem a história da sociedade capitalista como uma história marcada por uma evolução dos direitos do homem, de caráter irreversível. Dentre esses autores, o mais citado nesse sentido tem sido o inglês T. H. Marshall.

Marshall estuda a formação do Estado de Bem-Estar Social – o *Welfare State* –, considerado, durante parte do século XX, como um exemplo de que o *capitalismo* – e não o *socialismo*, como comentaremos adiante – era o sistema econômico, político e social ideal, o único capaz de garantir verdadeiramente a prosperidade e uma vida segura, livre e igualitária para todos os seus cidadãos.

Realmente, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1970, os países capitalistas mais avançados, conhecidos como o “Primeiro Mundo”, conheceram níveis de progresso e de riqueza antes nunca vistos. E o Estado era o principal responsável em prover a subsistência digna de todos os seus cidadãos, garantindo para todos educação e saúde públicas de qualidade, saneamento, transporte, rede de energia elétrica e, depois de tudo, uma aposentadoria tranqüila. Esse *Estado Providência*, de *pleno emprego, altos salários e plenos direitos* para todos os indivíduos, era caracterizado pela *democracia* como regime de governo, com partidos políticos representativos, inclusive dos trabalhadores – como se apresentavam os partidos identificados com o Estado de Bem-Estar, defensores da *social democracia* e do *trabalhismo*.

Assistiu-se também à explosão de *manifestações culturais de massa*, nas artes e na literatura, com a expansão das transmissões de rádio e da TV, com destaques para a indústria do cinema e para a música, principalmente o *rock*. Seu símbolo máximo enquanto sinal de prosperidade e sucesso individual era o automóvel...

Mas o Estado de Bem-Estar Social durou apenas cerca de trinta anos! Estes foram chamados depois de os “Trinta Anos Gloriosos” do capitalismo.

Pois bem: Marshall apresentava esse Estado como uma consequência natural do progresso capitalista. Um progresso que teria acontecido aos poucos na história, a partir da evolução da organização das sociedades que realizaram a Revolução Industrial.

Tomando a Inglaterra como modelo, Marshall (1967) procurou mostrar que, desde o século XVIII, teria acontecido uma “ampliação progressiva” da cidadania. Primeiro, no séc. XVIII, teriam se constituído os **direitos civis**, relacionados à liberdade individual e às relações de trabalho. Depois, no séc. XIX, a cidadania passou a compreender os **direitos políticos**, ou seja, os trabalhadores passaram a ter o direito de participar no exercício do poder político. Por fim, já no séc. XX, o Estado de Bem-Estar inglês significou a conquista dos **direitos sociais**, no qual todos passaram a ter acesso à distribuição da riqueza produzida no país, através da elaboração de *políticas sociais universais*.

## Cidadania, socialismo e minorias.

Vamos voltar um pouco à Revolução Francesa. Babeuf (1760-1797), um ex-jacobino, liderou a proposta de uma nova revolução durante o processo iniciado em 1789. Como ela foi delatada, Babeuf foi guilhotinado. Chamada de Conspiração dos Iguais, ela previa a extinção do direito à propriedade privada da terra; mais do que isso, o direito à propriedade teria que ser sempre limitado pelo interesse de toda a sociedade. Parecia socialismo, não é mesmo?

Karl Marx e Friedrich Engels, os principais teóricos do *socialismo científico*, mostraram, em diversos trabalhos, que o capitalismo era um sistema baseado numa injustiça estrutural, já que ele era movido por uma brutal exploração da mão-de-obra dos trabalhadores. Assim, portanto, uma verdadeira cidadania somente seria possível se o proletariado superasse o capitalismo, através da Revolução Socialista. Mais adiante, no comunismo, o pleno exercício da cidadania seria estendido a todos os seres humanos.

Como vimos no Capítulo 2, a experiência socialista, levada a cabo no séc. XX, a partir da Revolução Soviética de 1917, não deu certo. Mas será que o socialismo será sempre apenas uma utopia, um desejo inalcançável?! Uma coisa é certa: a História mostrou que o capitalismo, de fato, nunca terá como garantir direitos plenos de cidadania.

Mas nos anos 1960 – durante, portanto, o período glorioso do capitalismo – a aspiração à cidadania plena foi o motor de diversos movimentos socialistas e libertários, que passaram a exigir dos governantes igualdade de direitos para as mulheres, para os jovens e para as “minorias”, como eram chamados os homossexuais, os negros e indígenas nos EUA. Maio de 1968 foi a data-símbolo de explosão desses movimentos, marcados pela liberação sexual e pelo consumo de drogas, embalados pelo som dos Beatles, Rolling Stones, Yardbirds, Pink Floyd e outros. *Sejamos realistas: peçamos o impossível!*, era um dos seus lemas.

## Cidadania, capitalismo e exclusão.

E aqui voltamos ao título deste Capítulo! O capitalismo é estruturalmente um sistema baseado na desigualdade social e na

exclusão, dos seus benefícios, da maioria da população. Estamos falando de um sistema de caráter global. Assim, podemos dizer que as sociedades capitalistas mais avançadas socialmente – como a Inglaterra citada por Marshall, para exemplificar o Estado de Bem-Estar Social europeu – só puderam garantir aqueles “trinta anos gloriosos”, exatamente porque se tratava de uma situação conjuntural: além da necessidade de se construir um modelo que pudesse se contrapor à atração exercida pelo progresso econômico da URSS, o desenvolvimento do Primeiro Mundo estava diretamente relacionado à intensa exploração das riquezas naturais e da mão-de-obra barata do Terceiro Mundo (América Latina, África e Ásia) pelas multinacionais americanas, japonesas e européias.

Sempre foi, portanto, um sistema global caracterizado pela exclusão. A partir dos anos 1970 um fato veio mudar os rumos da história: o conflito armado entre Israel e os países árabes desencadeia uma crise econômica sem precedentes, já que colocou em risco o modelo de desenvolvimento existente, todo ele baseado tecnologicamente na exploração industrial do petróleo como combustível. Os teóricos capitalistas que, desde a Segunda Grande Guerra, sempre criticaram o Estado de Bem-Estar como extremamente dispendioso e contrário às *leis naturais da economia*, viram nessa nova conjuntura a chance de colocar em prática suas idéias.

E foi exatamente o que aconteceu: inspirados e assessorados por pensadores ultra-liberais, como Friedrich Hayek e Milton Friedman, novos governantes foram eleitos prometendo *reformas econômicas* que afastassem os países mais ricos da crise. Assim, em 1979, a Inglaterra escolhe Margareth Thatcher como primeira-ministra e, em 1980, os Estados Unidos elegem Ronald Reagan como presidente. Estava sendo inaugurada uma **nova era**, na qual as conquistas sociais e trabalhistas do *welfare state* começaram a ser totalmente desmontadas. Começamos desde então a viver sob a hegemonia do neoliberalismo. A luta pela cidadania plena sofreu então um duro golpe, do qual até hoje ainda não se recuperou. Um bom exemplo disso foram os inúmeros distúrbios que abalaram a França em 2006...

## A cidadania no Brasil: uma “corrida de obstáculos”...

Podemos dizer que a cidadania no Brasil cumpriu um longo e tortuoso caminho, desde a independência de Portugal, em 1822, até os dias de hoje.

Durante o regime monárquico brasileiro, no século XIX, praticamente não se pode falar em *direitos*. O voto, por exemplo, tinha um caráter censitário, em que somente os latifundiários – adultos homens – participavam do poder político. Mas a manutenção da escravidão era a face mais cruel de uma sociedade marcada pela extrema desigualdade.

O fim da escravidão, em 1888, e a proclamação da República, no ano seguinte, não provocaram qualquer tipo de alteração nessa realidade. A proibição do voto do analfabeto manteve a maior parcela da população pobre excluída de *direitos políticos*. Já o poder político local continuou nas mãos dos grandes proprietários de terras até praticamente 1930. Eram esses “caciques” locais, os “coronéis”, que controlavam, além do voto, o acesso aos cargos públicos existentes e, juntamente com os governadores, acabavam também elegendo o presidente da República.

Os inúmeros problemas sociais eram tratados com a repressão policial, como foi o caso de Canudos, da Revolta da Vacina e das greves operárias que pararam as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo na década de 1920. Mesmo o fim oficial da escravidão não impediu que os marinheiros de baixa patente, pobres e negros, continuassem sendo punidos com castigos físicos, como ficou claro na Revolta da Chibata, liderada por João Cândido, em 1910.

Podemos afirmar, portanto, que continuava inexistindo no Brasil qualquer vestígio do que chamamos de **cidadania**, sob todos os aspectos.

A República Oligárquica foi derrubada pela Revolução de 1930, organizada e comandada por setores dissidentes dessa própria elite. Um primeiro avanço, porém, deve ser registrado: o voto feminino, a partir de 1934.

Mas os direitos políticos duraram pouco tempo, já que, em 1937, Getúlio Vargas implantou a ditadura do Estado Novo, inspirada na onda fascista que tomava a Europa. Mas, paradoxalmente, foi no período Vargas, de 1930 a 1945, que se começou a introduzir uma vasta legislação social, que atingiu principalmente os centros urbanos:

- em 1932, foi decretada, no comércio e na indústria, a jornada de oito horas diárias de trabalho;

- no ano seguinte, houve a regulamentação do direito de férias;

- a Constituição de 1934, além de estender o voto às mulheres, determinou a criação de um salário mínimo, calculado como capaz de satisfazer as necessidades básicas de uma família (mas ele somente foi adotado em 1940);

- a previdência começou a ser organizada em 1933, com a criação de institutos por categorias profissionais (marítimos, bancários, comerciários etc.).

O cientista social Wanderley Guilherme dos Santos cunhou o termo “cidadania regulada” para se referir a esse período: somente tinham acesso aos direitos sociais os trabalhadores urbanos vinculados a categorias reconhecidas pelo Estado. Este controlava os sindicatos, nomeando suas direções e garantindo-lhe sua sobrevivência econômica através de impostos obrigatórios.

Assim, diferentemente da Inglaterra estudada por Marshall, no Brasil os **direitos sociais** foram implementados antes dos **direitos civis**, que continuavam totalmente precários, e dos **direitos políticos**, que praticamente deixaram de existir durante o regime autoritário, de 1937 a 1945. Ressalte-se que esses direitos sociais não se apresentaram como uma conquista das lutas dos trabalhadores – apesar de constar da pauta do forte movimento grevista dos anos 1920 –, mas sim como uma ação autoritária, de cima para baixo. Como uma *concessão* do Estado, auto-intitulado “pai dos pobres”.

Os direitos civis e políticos somente seriam inaugurados no Brasil na sua primeira experiência democrática, a partir do fim do Estado Novo, com a República que viria a se consolidar com a Constituição de 1946. Esta manteve os direitos sociais do período anterior – mesmo aqueles herdados da legislação autoritária, como era o caso do direito de greve, que só poderia ser considerada legal se autorizada pela Justiça do Trabalho. Além disso, da permanência dos graves problemas sociais e do poder dos grandes proprietários de terra, os direitos *políticos* sofreram séria restrição logo em 1947, quando o Partido Comunista teve o seu registro cassado, vítima da Guerra Fria do pós-Segunda Guerra Mundial.

Em 1964, um novo golpe de Estado implantou a **ditadura militar**, que durou até 1985. Durante a maior parte desse período, os direitos civis e políticos foram restringidos através da violência. Os direitos sociais também foram atingidos, já que o salário mínimo sofreu uma forte queda do seu poder de compra, em consequência do pequeno crescimento econômico e da impossibilidade de organização sindical autônoma por parte dos trabalhadores.

O Estado militar constituiu uma máquina repressiva poderosa, disposta a calar qualquer voz que se levantasse em oposição. Foi um tempo de prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e exílio político, que atingiu diversos artistas, as lideranças políticas pré-1964 e as lideranças estudantis que organizaram a luta armada contra o regime. Como falar em *direitos* e em *cidadania* nessa época?

A partir de 1979, pressionados pelo estrangulamento econômico, trabalhadores metalúrgicos e de outras categorias profissionais

começaram a se organizar e a enfrentar o aparato repressivo do Estado. Obteve-se a **abertura política**, com a legalização de novos partidos, o fim da censura à imprensa, e a anistia a presos políticos e a exilados. Era a retomada da luta pelos direitos.

Em 1984, comícios com mais de 1 milhão de pessoas, como foi o caso do Rio e de São Paulo, exigiram o retorno das eleições diretas para a Presidência da República.

Em 1988, é elaborada uma nova Constituição, apelidada de “cidadã”, por garantir, de forma extensa, algumas das principais reivindicações dos movimentos sociais que haviam eclodido no país a partir de 1979.

Em 1989, votamos para presidente da República após 29 anos. Mas o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, se encarregou da tarefa de “desmontar” a Constituição Cidadã, elaborada apenas um ano antes... Era a entrada do Brasil, com dez anos de atraso, na era neoliberal...

## O que é a democracia representativa num mundo neoliberal?

Dizíamos anteriormente que o *Estado Providência*, de *pleno emprego*, *altos salários* e *plenos direitos* para todos os indivíduos, era caracterizado pela *democracia* como regime de governo, com partidos políticos representativos, inclusive dos trabalhadores – como se apresentavam os partidos identificados com o Estado de Bem-Estar, defensores da *social democracia* e do *trabalhismo*. Mas existiam os partidos de direita, conservadores e corruptos.

E como é hoje, num mundo neoliberal, onde há o desejo dos capitalistas em privatizar tudo, flexibilizar as relações de trabalho e de acumulação de capital?

Bom, para responder esta questão, vamos descrever alguns pontos sobre cidadania e democracia representativa, tendo como objetivo fomentar uma reflexão sobre os partidos políticos e a prática da cidadania no Brasil.

Nestes mais de vinte anos entre a década de 1980 e os dias de hoje, muita coisa aconteceu: promulgou-se uma nova Constituição em 1988; realizaram-se eleições diretas para presidente em 1989 (a anterior havia ocorrido em 1960!), com o posterior *impeachment* do presidente eleito (1991); e ainda tivemos mais quatro eleições presidenciais, vencidas pelo mesmo candidato sociólogo, em 1994 (graças ao Plano Real) e em 1998 e a terceira e a quarta, em 2002 e 2006, vencidas por um ex-operário. Além disso, desde o final dos anos de 1970, presenciamos uma série de movimentos sociais, manifestações e eventos históricos, que refletem o grau de participação e mobilização do povo brasileiro como: as greves operárias do ABC paulista, o movimento negro, o movimento feminista, o movimento popular nos bairros de periferia, os sem-

